

Ata da LXXVIª Reunião Ordinária do Conselho Pleno da Andifes, convocada em 28 de janeiro de 2009 e realizada no dia 8 de fevereiro de 2009, em São Paulo, com a pauta: autonomia universitária, execução orçamentária 2008/2009 e nomeações para o primeiro semestre letivo. Estiveram presentes os dirigentes ou seus representantes legais: Alan Kardeck Martins Barbiero (UFT); Alfredo Júlio Fernandes Neto (UFU); Aloísio Teixeira (UFRJ); Amaro Henrique Pessoa Lins (UFPE); Ana Dayse Rezende Dórea (UFAL); Antonio César Gonçalves Borges (UFPE); Antônio Martins de Siqueira (UNIFAL); Antônio Nazareno Guimarães Mendes (UFPA); Carlos Alexandre Netto (UFRGS); Carlos Eduardo Cantarelli (UTFPR); Célia Maria da Silva Oliveira (UFMS); Clóvis Silva Lima (UFES); Helvécio Luiz Reis (UFSJ); Henrique Duque de Miranda Chaves Filho (UFJF); Hidembergue Ordozgoith da Frota (UFAM); Jesualdo Pereira Farias (UFC); José Geraldo de Sousa Júnior (UnB); José Ivonildo do Rêgo (UFRN); Josué Modesto dos Passos Subrinho (UFS); Luiz Cláudio Costa (UFV); Luiz de Sousa Santos Júnior (UFPI); Malvina Tânia Tuttman (UNIRIO); Marcos Pacheco de Toledo Ferraz (UNIFESP); Maria Lúcia Cavalli Neder (UFMT); Miriam da Costa Oliveira (UFCSPA); Natalino Salgado Filho (UFMA); Olinda Batista Assmar (UFAC); Pedro Ângelo de Almeida Abreu (UFVJM); Renato de Aquino Faria Nunes (UNIFEL); Ricardo Motta Miranda (UFRRJ); Roberto de Souza Salles (UFF); Roberto Ramos Santos (UFRR); Ronaldo Tadêu Pena (UFMG); Targino de Araújo Filho (UFSCar); Valmar Corrêa de Andrade (UFRPE); Virmond Rodrigues Junior (UFTM) e Zaki Akel Sobrinho (UFPR). Iniciando a reunião, o presidente cumprimentou a todos dando as boas-vindas e agradecendo a presença dos reitores, pró-reitores, procuradores das universidades. Cumprimentou a mesa, formada pelo secretário Executivo do MEC, Henrique Paim, secretária de Educação Superior, Maria Paula Dallari, a diretora de desenvolvimento da rede de Ifes Maria Ieda Costa Diniz, 2º vice-presidente da Andifes João Carlos Brahm Cousin (FURG), presidente da comissão de Orçamento da Andifes reitor Rômulo Soares Polari (UFPB), representante do Ministério da Ciência e Tecnologia Antônio Ibañez e secretário executivo da Andifes Gustavo Balduino. O presidente apresentou as três pautas da reunião: orçamento, pessoal e autonomia e afirmou serem de muito interesse de todos, devido a algumas dúvidas como a questão de recomposição de 2008, dificuldade de aprovação de orçamento no Congresso e várias outras questões. Lins agradeceu aos representantes do MEC presentes e do MCT lembrando que as questões relativas a este ministério têm deixado a comunidade bastante preocupada, sobre como vai trabalhar com os projetos. Segundo Amaro Lins, a expectativa da reunião e do seminário promovido pela SESu é sair, ao final de dois dias, com encaminhamentos objetivos sobre essas questões. A seguir o reitor Romulo Polari (UFPB), presidente da Comissão de Orçamento, acerca da reunião realizada no mesmo dia, informou que a comissão discutiu pendências do orçamento 2008 e perspectivas em relação a 2009. Segundo ele o final de 2008 foi muito difícil e com algumas singularidades, sendo que ficaram algumas pendências a resolver que estão angustiando os dirigentes: 1) créditos liberados no dia 26 de dezembro e não empenhados devido ao travamento do sistema, o que gerou uma soma considerável de recursos para empenhar; 2) recursos que as IFES devolveram e não foram realocados, ficando pendentes de liberação. Algumas IFES também não receberam a parcela que lhes cabia dentro da emenda Andifes. 3) questão das emendas individuais, pois algumas também não tiveram cobertura de limites para utilização. Polari destacou que dentro do recurso MEC-Andifes para suplementação de custeio, algumas universidades não foram contempladas com limite para empenho. “Isso foi bastante complicado porque reservou-se algumas despesas como água, luz, telefone, custeio, para serem honradas com esse recurso e ele não veio”. O presidente da Comissão de Orçamento ainda falou que outra linha de recursos a serem devolvidos ou reprogramados eram os recursos referentes à expansão fase 1 do Reuni. “Temos uma variada gama de itens do processo orçamentário como um todo, com soluções pendentes, e fazem falta, se demorar muito, como vamos pagar despesas, obras que ficaram para empenhar, equipamento para adquirir? E o caso da expansão fase 1 é mais sério, porque tem acordo entre as IFES e o MEC, então merece uma atenção especial”, afirmou Romulo Polari. A Comissão vai distribuir uma planilha para os reitores/dirigentes que deve ser preenchida num prazo máximo de cinco dias, para que se possa trabalhar a questão institucionalmente e sistematicamente junto ao MEC para a resolução desses problemas. “Com relação ao orçamento de 2009, estamos confiantes de que o corte do Congresso não vai prevalecer em termos efetivos. Há também uma questão que cabe a nós, que é gastar o dinheiro de uma forma mais razoável, num tempo melhor”, finalizou o reitor Romulo Polari. O presidente da Andifes passa a palavra para o secretário executivo do MEC, Henrique Paim. Paim diz concordar que o ano de 2008 foi um dos mais difíceis em termos de execução orçamentária e isso ocorreu por várias razões, a primeira delas foi o Acórdão publicado em dezembro, último mês de execução, que, segundo o secretário, gerou uma série de dúvidas por parte até da equipe do MEC e do TCU. Depois, ele explicou que houve no governo uma situação difícil em relação a limite de empenho. De acordo com o secretário, outro elemento complicador foi a crise internacional, que afetou de algum modo o governo federal em relação a orçamento. Além disso, Henrique Paim lembrou que voltou o prazo para empenho. Ele informou que o Siate gerencial não funcionou, então não pôde ser feita uma gestão do orçamento de forma adequada de modo que se visse onde estava sobrando recurso. “Dada a situação que vivemos em 2008, diria até que a nossa execução foi boa, chegou próximo a 99% do limite de empenho. Vários ministérios tiveram o mesmo problema do MEC teve, com volumes muito superiores”, ressaltou Henrique Paim. O secretário destacou que há um conjunto de pendências, mas que segundo ele, podem ser verificadas: “Acho que aquilo que não for emenda a gente pode tentar achar solução, em relação as emendas, algumas poderão ser recuperadas, mas muito poucas”. Henrique Paim disse que o MEC vai ter uma reabertura de

crédito já solicitada no Ministério do Planejamento de mais de 300 milhões de reais. Ele informou que os créditos especiais, que são as relações referentes às universidades para o Reuni, já estão reabertos, pois são créditos especiais e não tem problema de reabrir. “Vejo que a questão aqui seria sentar, a Andifes fazer esse levantamento, entregar ao MEC e a gente ver como resolve caso a caso. Posso também me desculpar por eventuais erros ocorridos em 2008”, analisou Henrique Paim. Em relação a 2009 temos um grande trabalho pela frente. O governo, em relação a educação deu todo o limite do empenho, com exceção de emendas. A segunda etapa e a recomposição dos cortes feitos no Congresso, já encaminhamos ao MPOG um pedido de recomposição total. Nessa semana devemos sentar com o MPOG e definir o valor a ser recomposto, que acredito que pode não ser integral, mas que não afetara as universidades. Não vejo que teremos problema. O ministro Fernando Haddad participou da última reunião ministerial e o presidente foi muito claro, ao falar que no MEC o orçamento será mantido. Então estamos confiando na palavra do presidente e no prestígio do nosso ministro. Acho que isso será tranquilo. Em relação a 2009, o secretário ressaltou que precisa-se de um trabalho muito forte no sentido de melhorar a execução. Henrique Paim afirmou já ter conversado com o Forplad, e estar organizando com a SESu algumas reuniões no sentido de verificar formas de aquisições conjuntas envolvendo as universidades e o próprio MEC. “Vamos tentar definir alguns itens de compra, vamos tentar definir isso, não só na aplicação dos recursos, mas na agilidade da execução, porque se nos tivéssemos um conjunto de registro de preços e alguns itens no ano passado, facilitaria muito a vida das universidades, que poderiam aderir a alguns pregões e utilizar o recurso disponível, independente dos prazos”, explicou Henrique Paim. Em relação às obras, o secretário ressaltou que é muito importante haver atualização do monitoramento de obras no Simec, pois o MPOG vai liberar recursos conforme monitoramento desse sistema. Henrique Paim ainda lembrou que terá que discutir com o Ministério do Planejamento em relação ao provimento de 1000 vagas para o primeiro semestre, ocasião em que o Ministério vai verificar como está o andamento das obras, e aí podem haver dificuldades pela falta de atualização. Para 2009, Henrique Paim lembrou que 60% do orçamento do Reuni já está nas universidades, e não há dificuldade nenhuma, já pode começar a ser executado, sendo que mais liberações vão ocorrendo conforme a execução. “Acho que a situação de 2009 é bem melhor, porque temos mais condições de ter uma execução mais ágil”, afirmou. O secretário disse acreditar que a recomposição vai ocorrer, e que espera o levantamento da Andifes com os apontamentos de 2008 para resolver. Sobre a questão de pessoal, Paim disse que houve uma perda significativa de cargos que não foram providos, e que terá que reabrir a discussão com o MPOG para reabrir os concursos, mas que os mil docentes para o início do primeiro semestre estão garantidos. O presidente lembrou que as universidades previram a realização de um grande número de concursos para dezembro, que por diversas razões, como falta de candidatos, ou candidatos não aprovados, de última hora não houve concurso, lembrando da preocupação com os cursos novos que começam em fevereiro deste ano. Maria Leda Diniz respondeu que em relação a esse ponto, está fechando o número, e que a autorização deve sair no final de fevereiro, início de março, para os concursos que já estejam realizados, quem não tiver feito, vai ficar para provimento em julho. Ela informou que quanto aos concursos que ainda estão em processo, e que vão demorar um determinado tempo, os provimentos serão para julho. “Não há chance de não ter os provimentos, mas ficarão para julho. Dependerá muito do que vier dessa consulta às IFES que será feita essa semana”, afirmou Maria Leda. O secretário executivo da Andifes, Gustavo Balduino, destaca que as falas do Paim e da Leda mostraram que eles estão conscientes dos problemas que existem, mas diz que tem uma preocupação além do que foi colocado. “Dizíamos lá no Piauí que a parte mais fácil foi aprovar e implementar o Reuni, mas agora tem situações que extrapolam o próprio MEC, com o Congresso e o MPOG envolvidos. Há um planejamento em cada uma das IFES, com procedimentos que não dependem só delas, tampouco do MEC. Então é preciso que faça um levantamento, primeiro para cumpri-lo com a maior seriedade possível. O meu temor é que se chegar no início de março, determinadas IFES tenham que dar início a cursos, aulas, e não o fizerem, nós abriremos um debate político externo muito mais complexo que este aqui”, ressaltou Gustavo. Ele propõe que além da identificação e do conhecimento, houvesse estabelecimento de cronogramas e prazos. Henrique Paim destacou que há, dentro do governo, por parte do presidente da república, o compromisso de cumprir tudo o que está acordado e que o Reuni não corre risco, está garantido. Segundo ele, o que precisa é agilizar a execução.. Reitor Aloísio Teixeira (UFRJ) lembrou que estão todos no mesmo barco, se isso que estão fazendo der errado, isso deu errado para essa equipe do MEC. “O que o MEC está propondo é uma aliança, temos que assumir essa aliança como uma operação política de cada uma e de todas as universidades. Acho que esse deve ser o sentido dessa reunião, consolidar essa aliança”, ressaltou Aloísio. Maria Paula informa que a pedido do presidente Amaro Lins fará uma exposição um pouco mais detalhada sobre o que é autonomia e tentará pormenorizar o acórdão e a estratégia em relação a ele. Segundo ela, a idéia de avanço, no cenário do Reuni, é certa: “Não vejo ninguém que não reconheça o programa como uma avanço, ele concretiza o que era a pauta do programa de autonomia da Andifes do final de 2003. O que a Andifes postulava em 2003 e 2004 foi atendido pelo Reuni: recomposição dos quadros docentes, com contratação de número de professores nunca antes visto, recomposição do quadro de técnico-administrativos, recomposição orçamentária, reequipamento físico, construção de novos prédios, a apresentação de planos próprios de reestruturação; tudo isso adere e muito aquilo que Andifes aspirava em 2003, 2004”, destacou a secretária. De acordo com ela, há algumas medidas que podem ser tomadas e que representariam o coroamento desse processo, que estão mais no plano jurídico institucional, dos procedimentos, das rotinas e no plano do que ela passa a chamar de uma nova institucionalidade, quer dizer, a universidade instituída juridicamente. Segundo Maria Paula, como instituição pública, a universidade tem um conjunto de inovações que faz jus a um conjunto de práticas que esteja a altura dessa outra configuração. De acordo com a secretária, há uma dualidade: aqueles que entendem que o artigo 207 é

satisfatório para criar um estatuto da autonomia, e aqueles que entendem que deve ir aos procedimentos. Maria Paula afirmou que a autonomia do artigo 207 não vai se concretizar sem alguns procedimentos pontuais, que dizem respeito, por exemplo, a questão de pessoal, no campo das possibilidades de ingresso de recursos externos na universidade, de dispêndio desses recursos e assim por diante. “Uma coisa importante a destacar é que essa concretização da autonomia resulta daquilo que é próprio dentro da universidade, que não é um estatuto pronto e acabado, mas que é um regime peculiar para aquilo que é peculiar dentro da universidade. Daí é que a procura de um regime de funcionamento das três atividades próprias: de ensino, pesquisa e extensão é que vão nos dar isso”, defendeu Maria Paula. Segundo ela, o MEC e a SESu têm que tratar, primeiramente, das universidades, e não das fundações, para que elas não sejam um caminho indispensável, que elas possam atuar da maneira que o próprio TCU sinalizou, como escritório facilitador de projetos, mas não como estratégia indispensável de sobrevivência. “As fundações de apoio são entes privados, que continuarão a existir, mas ao lado dela é obrigação nossa criar uma via desimpedida que possibilite a universidade ter uma rotina de acordo com aquilo para que ela foi criada”, ressaltou a secretária. Em relação ao Acórdão, Maria Paula entende que ele tem um grande mérito e dois pontos a ressaltar. O mérito é o prazo de seis meses dado ao MEC para pactuar com as universidades sobre essa nova dinâmica. Ela afirmou que a decisão política do tribunal foi aguardar esse prazo para que o MEC interviesse. Na opinião da secretária, o problema é em relação a FINEP, pois essa mesma ação não foi estendida a ela, a decisão foi vedar que a FINEP faça os repasses imediatamente. “Essa mecânica das fundações de apoio, é preciso reconhecer, está profundamente entranhada na vida das universidades e não vai ser modificada senão por um esforço imenso, por parte do MEC, CGU, MPOG e universidades. É uma mudança de cultura muitíssimo profunda”, lembrou Maria Paula. Segundo ela, outra ressalva a ser feita em relação ao Acórdão é que ele veda repasse de recursos das fundações de apoio no que diz respeito a obras. De acordo com a secretária, em relação à implementação do acórdão, há um conjunto de medidas, e a primeira delas é a regulamentação do regime orçamentário, permitindo, primeiro, que se abra crédito de um ano para o outro, “o que vai permitir que o exercício do planejamento da universidade se faça com maior racionalidade”. Em segundo lugar, Maria Paula explica que há a possibilidade de remanejamento entre rubricas, para haver reprogramação. Um terceiro registro, segundo ela, é o não contingenciamento das receitas do orçamento da universidade. “Tudo isso estará disciplinado nesse decreto, que limitará o poder do poder executivo ao enviar o projeto de lei orçamentária. No âmbito do poder executivo já se constrói uma cultura sobre o tratamento que deve ser dado ao orçamento da universidade”, assegurou a secretária de Educação Superior. A secretária ainda elencou cerca de seis medidas, que devem fazer parte de uma estratégia maior nas universidades em relação a autonomia universitária. O desenho da nova institucionalidade, que Maria Paula abordou no início de sua fala, tem alguns temas evidentes como em relação aos projetos, suas seleções, que docentes e que técnicos vão ser utilizados. Ela lembrou que o TCU cobra inclusive a utilização dos recursos da tecnologia da informação, para que a transparência seja total. “Tomei conhecimento de que existem alguns sistemas já em uso, sistemas eletrônicos da tramitação de projetos de extensão, de pesquisa, e acho que é possível e viável até mesmo fazer a tramitação de cursos de **pós-graduação lato sensu**”, analisou Maria Paula. Segundo a secretária, nesse sentido, o MEC e a SESu podem, como uma oferta de um programa, de prestação de serviços às universidades, disponibilizar esse sistema. Uma segunda medida levantada por Maria Paula diz respeito à pós graduação *lato sensu*. Ela informou que esse foi o primeiro tema discutido em conjunto com a comissão de autonomia da Andifes, foi elaborado um primeiro esboço de norma regulamentando a pós *lato sensu*. Dallari lembrou que isso reclama, de outro lado, a possibilidade de internalizar a receita desses cursos. “Se **nós** tivermos tido sucesso nessa empreitada, que é de alto risco, mas se for bem sucedida, **nós** teremos conseguido uma via por dentro da instituição”, adiantou a secretária. Na visão de Maria Paula, uma outra disposição é o aparelhamento dos Núcleos de Inovação Tecnológica (Nits). Segundo ela, eles carecem de um funcionamento mais ágil, poderiam ser beneficiados por um programa de capacitação de funcionários que a Capes já tem pensado e poderiam dotar as universidades de apoio mais eficiente. Uma medida também instada pelo Acórdão do TCU é a criação do banco de técnicos equivalentes, que segundo ela já está em estudo razoavelmente adiantado e vem sendo discutido com o MPOG e em breve deve haver uma mecânica semelhante. Ainda no que diz respeito a projetos, a secretária falou sobre a figura do cartão pesquisador, que seria um complemento à mecânica de facilitação da entrada de recursos de pagamento de pessoal e da realização de compras. Segundo Maria Paula, está em estudo qual é a amplitude do uso desse cartão e se é viável utiliza-lo também para receita própria. De acordo com Maria Paula, a última coisa que precisa ser abordada em relação à estratégia de atendimento ao comando do TCU diz respeito à temática de pessoal, que tem vários pontos problemáticos. Por exemplo, o TCU cobra que seja explicitado com mais clareza a participação do professor em DE, o TCU precisa saber a legislação disso e sua efetividade. A Secretária de Educação Superior informou ainda que na próxima semana a SESu expedirá um ofício relativo ao tema da regulação atendendo especificamente a preocupação de alguns sobre as mudanças nas medidas acadêmicas em relação ao Reuni. Ela lembrou que esse é um momento de saneamento de todas as pendências que as universidades ainda tenham em relação à regulação, alertando que todos os campi, cursos, devem ser objeto no sistema eletrônico. Após a exposição da secretária Maria Paula, o presidente da Andifes, reitor Amaro Lins encerra a reunião do Conselho Pleno. As declarações completas dessa reunião estão gravadas e disponíveis para consulta. Nada mais havendo a tratar, eu Gustavo Henrique de Sousa Balduino, secretário executivo, lavrei a presente ata.

Gustavo Henrique de Sousa Balduino
Secretário executivo da Andifes